

PERSPECTIVA MUNDO: Desemprego Pode Deflagrar Nova Crise da Zona do Euro
Gustavo Nicoletta – Agência CMA / São Paulo, 27 de dezembro de 2013

O nível elevado de desemprego na zona do euro é um reflexo da crise econômica que atinge a região, mas pode se tornar o fator responsável por uma nova série de problemas caso persista no médio prazo, especialmente se continuar atingindo a parcela mais jovem da população, segundo analistas consultados pela Agência CMA.

O desemprego na zona do euro atingiu nível recorde em 2013, permanecendo acima de 12% durante a maior parte do ano. A situação, no entanto, é mais preocupante entre os jovens. Segundo os dados mais recentes, a taxa de desemprego juvenil do bloco monetário atingiu a máxima de 24,4% em outubro.

Historicamente, a taxa de desemprego juvenil da zona do euro equivale ao dobro da taxa geral e este padrão tem sido mantido mesmo durante o período de crise, de acordo com André Sapir, membro sênior do instituto de pesquisas Bruegel e ex-assessor econômico da presidência da Comissão Europeia. Ele destaca, no entanto, que a análise individual dos membros do bloco mostra uma situação heterogênea e que foge um pouco dessa regra.

Na Grécia e na Espanha, regiões onde a turbulência financeira iniciada em 2008 desencadeou um amplo processo de redução no endividamento dos setores público e privado, as taxas de desemprego juvenil estavam perto de 58%, enquanto as taxas gerais pairavam perto de 27%. Na Alemanha, onde esse processo foi menos intenso, o desemprego geral estava em 5,2% em outubro, enquanto entre os jovens a taxa era de 7,8%. "A desalavancagem está provocando o desemprego. As empresas e governos estão reduzindo custos, é um processo doloroso", disse Sapir.

O funcionamento do mercado de trabalho europeu também contribui parcialmente para ampliar o grau de desemprego juvenil. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), em países onde é particularmente oneroso manter funcionários sob contratos permanentes - seja por multas rescisórias muito altas, salário mínimo muito elevado ou outros fatores -, as empresas optam por fazer contratações temporárias.

Os jovens são particularmente beneficiados por isso em momentos de expansão econômica, visto que em geral são contratados sob esse regime, mas sentem com mais força os efeitos nocivos da falta de estabilidade em períodos de crise. Não por acaso, nos países sob intervenção internacional, o FMI adotou medidas para baratear a mão de obra, impondo reformas como o congelamento de salários, a redução do auxílio-desemprego e a diminuição dos impostos sobre a folha de pagamentos.

De acordo com Nicolas Firzli, diretor-geral da associação internacional de instituições de seguridade social World Pensions Council, na última década os países que tiveram sucesso nas políticas econômicas progressivamente liberalizaram os mercados de trabalho para permitir maior flexibilidade nas contratações e, paralelamente, investiram bastante em educação para garantir que os jovens tivessem as habilidades necessárias para competir numa economia mundial cada vez mais globalizada. Na União Europeia, porém, a situação foi diferente.

"Muitos membros da União Europeia mantiveram leis trabalhistas rígidas - Holanda, Bélgica, Itália, Irlanda, Grécia - ou deliberadamente investiram pouco em educação e em infraestrutura social - Alemanha e Reino Unido -, ou pior, tanto adiaram as reformas quanto investiram pouco em educação", acrescentou, citando a França como um exemplo do último caso.

EFEITOS

Embora as políticas de governo influenciem a saúde do mercado de trabalho, a própria situação do emprego também traz consequências econômicas. Estudos feitos em anos recentes sugerem que as pessoas que passam mais tempo desempregadas no início da vida profissional têm mais chances de ficarem sem trabalho e de ganhar menos no futuro que aqueles que encontraram uma vaga mais facilmente.

As justificativas para isso variam desde a perda de habilidades específicas relacionadas a uma determinada função até a percepção dos empregadores de que uma pessoa sem trabalho há muito tempo será menos produtiva.

"O que vemos no momento, e é verdade para os jovens e em geral, é que quanto mais as pessoas estão sem emprego, maior o impacto", diz o economista Theodoor Sparreboom, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo ele, há também pessoas exercendo funções aquém da própria capacidade, o que gera incompatibilidades e aumenta os problemas.

Sapir aponta que há também a possibilidade de a frustração com a dificuldade em encontrar emprego gerar descontentamento popular e, conseqüentemente, instabilidade política. "Até agora isso não ocorreu, o que é bom, mas ao mesmo tempo não pode permanecer por muito tempo. É potencialmente explosivo", avaliou.

Um efeito mais grave do desemprego de longo prazo na zona do euro está relacionado ao sistema de pensão dos países do bloco, que tende a se tornar insustentável conforme a população envelhecer e diante de fatores como o baixo retorno dos ativos financeiros e uma potencial redução nos recursos disponíveis para as aposentadorias em razão da falta de novos trabalhadores.

"Muitos fundos de pensão europeus - aproximadamente 35%, de acordo com estimativas conservadoras - atualmente são incapazes de honrar os compromissos contratuais com futuros aposentados, um problema agravado pela estabilização do desemprego juvenil em níveis inaceitavelmente altos", diz Firzli.

Segundo ele, em países como França, Itália, Espanha e Grécia, onde uma grande parcela dos trabalhadores é funcionário público e a maioria dos sistemas de aposentadoria funciona no esquema "Pay-as-You-Go", em que os mais jovens financiam os pagamentos aos mais velhos, a situação pode ser "trágica" no médio prazo. "Se o desemprego juvenil não for reduzido significativamente até 2018, isso terá conseqüências irreparáveis conforme o problema se espalhar entre todas as gerações e classes sociais", acrescentou.

SAIDAS

A União Europeia reconhece que o desemprego é um dos principais legados da crise e concordou com diretrizes para evitar a continuidade dessa situação, comprometendo pelo menos 6 bilhões de euros do orçamento do bloco entre 2014 e 2020 com programas para estimular a contratação de jovens, entre eles um que tentará arrumar empregos em até quatro meses para recém-formados ou demitidos.

A administração dos programas, porém, também dependerá de recursos locais e ficará nas mãos das autoridades nacionais da União Europeia, o que pode resultar em verbas insuficientes para as medidas.

Sparreboom afirma que os programas de combate ao desemprego juvenil podem ter impactos no curto e no médio prazo, mas precisam ser introduzidos em maior escala e contar com o suporte de uma recuperação econômica. "Enquanto a economia não estiver crescendo, estarão remando contra a maré. Com base nos cálculos, um programa de garantia para jovens seria muito caro. É possível fazer com um investimento de 1% ou 2% do Produto Interno Bruto. Alguns podem considerar um valor alto, mas deveria ser visto com um investimento no futuro dos jovens", avaliou.

Para termos de comparação, os 6 bilhões de euros destinados aos programas da União Europeia para diminuir o desemprego juvenil entre 2014 e 2020 equivalem a 0,6% do orçamento do bloco para o período.

Ele acrescentou que acordos para reconhecer a capacitação técnica de profissionais europeus também contribuiriam para diminuir o desemprego, pois permitiriam maior movimentação dos profissionais europeus para regiões onde efetivamente há vagas.

Em alguns lugares esse movimento mais livre é possível e também uma realidade, segundo Sapir. "Estamos observando isso nos países do sul da Europa - Grécia, Itália, Espanha e Portugal em alguma extensão. Algumas pessoas estão procurando empregos em outros países, incluindo o Brasil para alguns dos portugueses. Isso é inevitável e continuará por algum tempo, pois o desemprego ficará muito alto por dois a três anos. Até o ano que vem ninguém espera recuperação."